

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

RENATA SANTOS DA SILVA

O ENSINO DE PSICOLOGIA NOS CURSOS NORMAL NÍVEL MÉDIO

PORTO ALEGRE

2011

RENATA SANTOS DA SILVA

O ENSINO DE PSICOLOGIA NOS CURSO NORMAL NÍVEL MÉDIO

**Artigo apresentado ao Instituto de Psicologia da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito
parcial para obtenção da Licenciatura em Psicologia**

Orientadora: Profa. Dra. Rosângela Soares

PORTO ALEGRE

2011

O ENSINO DE PSICOLOGIA NOS CURSO NORMAL NÍVEL MÉDIO ¹
TEACHING OF PSYCHOLOGY IN NORMAL COURSE

Renata Santos da Silva ²

¹ Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Psicologia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação da Prof^ª. Dr^ª Rosângela Soares, em julho de 2011.

² Aluna do curso de Licenciatura em Psicologia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Psicóloga (ULBRA). Especialista em Avaliação Psicológica (UNISC). Pós- Graduada em Orientação Educacional (FIJ/ RJ).

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	7
2.1 Psicologia e Docência.....	7
2.2 Aspectos Históricos do Curso Normal Nível Médio.....	9
2.3 O Ensino de Psicologia no Curso Normal.....	12
3 DETALHANDO ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	14
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	15
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	16
REFERÊNCIAS	18

Resumo

O presente estudo foi elaborado com o objetivo de analisar o ensino de psicologia no curso normal em nível médio. Para tanto foram entrevistadas seis docentes que ministram a disciplina de psicologia no curso normal nível médio em escolas da região metropolitana de Porto Alegre. A metodologia utilizada foi a pesquisa de cunho quantitativo e como instrumento de pesquisa foram realizadas entrevistas a partir de um questionário estruturado. Os dados levantados nos questionários foram organizados em quatro grupos: Formação Profissional, Situação Funcional da Docência em Psicologia, Atuação Profissional e Ensino de Psicologia.

Constatou-se neste estudo que a maioria dos professores que ministram a disciplina de psicologia são pedagogos, atuantes no magistério a mais de dez anos, com experiência docente nos anos iniciais e que encontram na docência de psicologia uma complementação para sua carga horária.

Palavras chaves: Psicologia e Docência, Ensino de Psicologia no Curso Normal, Aspectos históricos do curso normal.

Abstract

This study was designed with the aim of analyzing the teaching of psychology course in high school. Therefore, we interviewed six teachers who teach the discipline of psychology in the normal middle schools in the metropolitan region of Porto Alegre. The methodology used was a quantitative research as a research tool and were interviewed from a structured questionnaire. The data collected in the questionnaires were organized into four groups: Training, Functional Status of Teaching in Psychology, Education and Professional Practice of Psychology.

It was found in this study that most teachers who teach the discipline of psychology are educators, working in teaching for over ten years, with teaching experience in early years and that the teaching of psychology are a complement to his workload.

Keywords: Psychology and Teaching, Teaching of Psychology Course in Normal, Historical aspects of the course

1 INTRODUÇÃO

O curso normal em nível médio tem como objetivo desenvolver habilidades e competências para que o futuro professor além de conhecer os conteúdos a serem ministrados também domine a melhor forma de ministrá-los considerando a realidade dos alunos e colocando esses conhecimentos a serviço destes alunos.

Considerando este aspecto, este estudo pretende analisar o ensino de Psicologia no curso normal, através de uma investigação de delineamento quantitativo, onde os resultados obtidos foram analisados nos seguintes aspectos: Formação Profissional, Situação Funcional, da Docência em Psicologia, Atuação Profissional e Ensino de Psicologia. Para tanto, buscamos refletir acerca de fundamentos teóricos relacionados ao histórico do curso normal de nível médio, Psicologia e docência e o ensino de psicologia no curso normal.

A psicologia encontra-se como uma das disciplinas que ajuda o professor a desenvolver conhecimentos, habilidades, além de competências, atitudes e valores que possibilitem ir construindo seus saberes- fazeres docente a partir das necessidades e desafios que o ensino como prática social, lhes coloca no cotidiano (AZZI E SADALLA, 2002). Neste estudo pretendemos conhecer os conteúdos ministrados por esta disciplina e em que períodos do curso normal eles são ministrados.

A disciplina de Psicologia tradicionalmente faz parte da formação dos educadores e não deve ser considerada como uma simples aplicação da psicologia para problemas educacionais. O professor de psicologia necessitará contar com grande capacidade de articulação teórico-prática desenvolvendo um sólido domínio das diversas teorias psicológicas auxiliares a educação (LARROCA, 1999).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Psicologia e Docência

O ensino de psicologia no ensino médio, a meu ver, possui duas questões que são fundamentais: o primeiro se refere a inserção da disciplina nos currículos do ensino médio e o segundo refere a formação necessária para ministrar tal disciplina.

Desde meados de 80 com a luta pela democratização do Brasil que mobilizou muitas categorias inclusive a dos psicólogos, há uma reivindicação para o resgate da psicologia nos bancos escolares, pois com a LDBEN de 1964 houve uma redução das ciências humanas dos currículos do então denominado segundo grau.

Em 1986 foi publicada pela Coordenadoria Estadual de Normas Pedagógicas e Conselho Regional de Psicologia, uma Proposta Pedagógica do Ensino de Psicologia no ensino médio no Estado de São Paulo, que serve de referência até os dias atuais.

O processo de redemocratização do país trouxe de volta o debate sobre os rumos da educação do país e a necessidade de profundas mudanças nos sistemas educativos, culminando na LDBEN de 1996.

A LDBEN de 1996 no que refere ao ensino médio no parágrafo 1 do art. 36 salienta a importância de conhecimentos das ciências humanas como necessários para o exercício da cidadania, entretanto refere somente o conhecimento da Filosofia e Sociologia para tal. “ Em cada Estado brasileiro pode-se narrar um processo de encolhimento do espaço da psicologia no ensino médio regular a partir da LDBEN de 1996, contudo, este ensino vai se consolidar nos cursos técnicos e profissionalizantes” (SOLIGO e AZZI, 2006, p.66).

A psicologia não foi considerada no texto da lei, em contraponto (Soligo e Azzi, 2006, p. 69) salientam as contribuições da psicologia no ensino médio:

Juntamente com as demais ciências humanas, pode representar uma importante mudança de paradigma de formação dos adolescentes e jovens brasileiros, na perspectiva de superação do ensino tecnicista que marca esta etapa da escolaridade e de formação humana que mira à autonomia, à criatividade, à diferença compreendida e vivida para além do preconceito, das rotulações, da hostilidade.

Em 2008 tramita na Câmara Federal um projeto de Lei que busca a obrigatoriedade da Sociologia e Filosofia nos currículos de ensino médio. Em 22/04/08 site do CRP publica a seguinte nota:

Em ofício enviado ao Ministro- Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, ao Ministro da Educação, e ao Chefe de gabinete da Presidência da República, com cópias às Lideranças dos partidos na Câmara de Deputados e no Senado Federal, o Conselho Federal de Psicologia lamenta a informação obtida junto à base aliada do governo no Senado de que há um empenho para que esse Projeto de Lei seja aprovado sem a inclusão da Psicologia na sua redação.

Representantes da Psicologia brasileira lutaram para a inclusão da Psicologia neste texto, entretanto não tiveram êxito. É lamentável a exclusão da Psicologia enquanto conhecimento que possa auxiliar no processo de formação da cidadania.

Nesta luta a psicologia não saiu vitoriosa, aspecto que foi confirmado pela Lei 11648/08 que legitima a formação docente e torna obrigatório o ensino de Filosofia e Sociologia nos currículos do ensino médio.

A obrigatoriedade do ensino de psicologia mais do que propiciar aos discentes o acesso aos conhecimentos psicológicos colocaria esta questão numa emergência para maior respaldo na legislação educacional e parâmetros para ministrar esta disciplina.

Historicamente a Licenciatura em Psicologia é uma habilitação possível nos cursos de Psicologia desde a implantação da Lei 4.119 de 27/ 08/ 1962 que regulamenta a profissão no Brasil. A Licenciatura em Psicologia ainda não tem respaldo na legislação educacional no sentido de obrigatoriedade nos currículos escolares e docência específica do psicólogo, como

consequência disso profissionais com outra formação estão aptos a ministrar a disciplina de psicologia, situação inadmissível em outras licenciaturas.

Cabe ressaltar, que a psicologia no curso normal em nível médio tem uma história diferenciada, porém isso não abranda a luta pela inclusão no ensino médio, acredito que as reivindicações pela Licenciatura em Psicologia vem a contribuir com a qualidade do ensino.

Estados como São Paulo, Santa Catarina e Paraná já construíram Propostas Pedagógicas para o ensino de psicologia no nível médio, sendo que nos dois últimos Estados as propostas foram específicas para a formação de professores, sendo que a proposta de São Paulo contemplou o nível médio de formação geral e formação de professores.

Este aspecto demonstra que a luta para inclusão do ensino de psicologia no nível médio e ensino de psicologia no curso normal não estão separadas, tendo como ponto comum a formação do docente que atua na disciplina.

2.2 Aspectos Históricos do Curso Normal Nível Médio

Iniciando uma reflexão sobre a história do Curso Normal na educação brasileira retorno ao século XIX no Brasil de economia rural onde a educação não era obrigatória nem legislada pelo estado, sendo vinculada e veiculada pela igreja num ofício majoritariamente de homens, herança da concepção jesuítica, “essa formação tinha caráter exclusivamente prático, isto é não havia tratamento teórico para a preparação docente, pode-se dizer que neste período a formação dos mestres acontecia por meio vocacional” (COSTA, 2010, p.2).

Na década de 30 o país passa profundas mudanças políticas, econômicas e sociais, a situação mundial está abalada com a 1º Guerra, e o Brasil entra num novo ritmo, os discursos são de preocupação com o atraso do país e começa a se buscar novos rumos para educação (SOARES, 1988).

O modelo econômico agrário rural passa a ser substituído pelo urbano- industrial para a incorporação e aceleração do modo de produção capitalista, o trabalho nas indústrias e nos

centros urbanos exigem o mínimo de instrução. Esta demanda econômica impulsiona o governo a estruturar a educação no país.

Neste contexto os discursos sobre a educação brasileira tomam mais visibilidade “ criam-se ligas de combate ao analfabetismo, considerando um grave problema que impedia o Brasil de estar entre os países cultos. Também se vislumbrava com a ampliação do sistema educativo a ampliação das bases eleitorais (SOARES 1988).

A criação das escolas normais está vinculada ao crescimento do ensino primário na década de 30, a formação do professor primário no Brasil pelas escolas normais data em 1833 quando foi criada a escola Normal de Niterói no RJ, em seguida outras escolas públicas foram criadas na Paraíba, Ceará, São Paulo, Goiás, Rio Grande do Sul ...

As escolas normais nesta época “passam a se constituir numa das poucas oportunidades de continuidade dos estudos para a mulher, tendo como clientela moças de famílias abastadas que procuravam elevar o grau de educação escolarizada e a escola normal cumpre funções de dar formação profissional e formar boas mães e donas de casa”. As mulheres que porventura não se casassem teriam a opção de serem professoras, pois socialmente era uma profissão aceita para a mulher (NOVAES,1984, p. 21).

A concepção de ensino transmitida nas escolas normais desta época era baseado na educação liberal tradicional que tinha em mente um “ aluno ideal” construído a partir de um modelo da classe média alta, dotada de pré- requisitos e de estrutura familiar que favorecia a aprendizagem. Sua tarefa enquanto professora consistia em traduzir nos planos de aula os conteúdos a serem assimilados pelos alunos. Aqueles que não conseguissem aprender seriam naturalmente excluídos da escola.

Entretanto mesmo com o movimento da escola nova e a expansão do ensino primário que modificou sua clientela e proporcionou este ensino em classes populares, os currículos das escolas normais permaneceram inalterados e cada vez mais distantes do ensino primário, não sendo suficientes para formar professores capazes de atender crianças de classes populares que a partir da década de 50 começaram a ter mais acesso aos bancos escolares.

Mesmo com as alterações da clientela que começou a ter acesso a escolarização a LDBEN de 1961 não fez alterações estruturais ao ensino do curso normal, contudo, a mudança do perfil da jovem que procurava o curso normal mudou significativamente. O trabalho de professora devido as pressões econômicas foi um refúgio para as mulheres da classe- média assalariada, pois o salário passou a fazer parte na renda familiar.

Em meados de 70 o Brasil vive um contexto político de regime militar, onde emerge para a educação uma tendência tecnicista, a LDBEN 1971 trouxe inovações: definiu o ensino de 1º grau com duração de 8 anos extinguindo processo de exame de admissão, o ensino de 2º grau com duração de 3 anos transformando em uma estrutura com obrigatoriedade profissional em todos os cursos.

Para este sistema a escolaridade técnica estava comprometida com o modelo capitalista de produção, tendo como objetivo formar trabalhadores produtivos, através de um ensino fragmentado e que não vislumbrava o crescimento intelectual tão pouco vinculava educação e sociedade.

A formação de professores para as séries iniciais e educação infantil também passou a ser realizada em cursos técnicos, instituída pela Habilitação Específica de 2º grau para o exercício do Magistério (HEM). Legalmente sua organização se respaldou em Parecer do Conselho Federal de Educação que versava sobre a HEM (Parecer 349- 72). Este Parecer definiu a organização do currículo tendo como base um Núcleo Comum obrigatório em âmbito nacional e uma parte de formação especial que representava o mínimo necessário a habilitação profissional (GOMIDE, 2008).

Este modelo propiciou um esvaziamento e descaracterização da escola normal, em 1982 o ensino tecnicista desobrigou o ensino profissional em nível médio Lei 7.044, com isso, a formação de professores em nível médio continuou em declínio tanto pela extinção dos cursos como pela estagnação e inadequação do currículo.

No final dos anos 80 o Brasil se insere em um novo modelo político, a democracia, e na educação emerge uma nova tendência progressista onde tomam força de idéias de Paulo Freire e a educação busca no social sentido para a prática.

A legislação educacional se modifica novamente a LDBEN “ reformula” os níveis de ensino, cursos técnicos e de formação do professor. A formação do professor a nível superior passa a ser referida na lei que infere sobre a formação do docente para atuar na educação básica.

Conforme a LDBEN 9394/96 art.62,

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

A LDBEN não tornou obrigatório que todos os professores tenham diploma superior até 2007, contudo, muitos foram os Estados que encerraram as atividades dos cursos normais, em função de interpretação equivocada, pois, não fica delimitado a formação do professor dos anos iniciais da educação básica a nível superior.

2.3 O Ensino de Psicologia no Curso Normal

No curso de formação de professores/as alguns aspectos se diferenciam em relação à disciplina de Psicologia. Podemos dizer que esta disciplina é tradicional nesta formação, sendo exaltada como uma ciência que diz como são os alunos, seja através das teorias do desenvolvimento como também por meio das técnicas utilizadas pela psicologia, como os testes de QI, por exemplo (SOARES, 1996).

Quando os alunos ingressam no curso normal eles já trazem saberes sobre o que é ser um professor, saberes oriundos de suas experiências enquanto alunos. Bzuneck (1999) apud (Raymonds e Santos 1995) salienta que as crenças são idéias fundamentais das pessoas a respeito de suas experiências de vida afetam diretamente as suas ações, quer se admita conscientemente estas crenças quer não.

O ensino de psicologia no curso normal deve propiciar ao professor o processo de re-significação de saberes iniciais em confronto com sua prática vivenciada partindo de uma reflexão *na* e *sobre* sua prática buscando em teorias psicológicas ou educacionais seus fundamentos.

A disciplina de psicologia no curso normal tem a contribuir na formação de um professor reflexivo em relação a sua prática, apontando na direção que ele deve ser auxiliado a ter consciência da fundamentação de suas ações, ser um profissional prático reflexivo significa, apropriar-se de teorias que buscam analisar o fenômeno estudado, tomar consciência delas e debruçar-se sobre o conjunto de ações, refletindo sobre o ensino e sobre as condições sociais nas quais suas experiências estão inseridas (SADALLA 2005).

Bzuneck (1999) denomina professor reflexivo aquele que pensa sobre o seu trabalho, analisa suas soluções, inventa é intelectualmente curioso e supõe que ele seja socialmente comprometido e apaixonado por sua função e não se contenta com soluções pré-programadas.

O papel da psicologia enquanto disciplina na formação de professores esta principalmente permeado por desenvolver no aluno que busca a formação para ser professor o desenvolvimento de habilidades como a capacidade de refletir sobre o seu fazer pedagógico e sua inserção no mundo social. Nessa perspectiva Raposo e Maciel (2006) referem que a psicologia precisa ser ensinada nos cursos de formação de professores de maneira que supere uma apresentação de um conjunto de teorias e conceitos desvinculados, a teoria contribui para a experiência vivida na medida em que passa a ajudar no esclarecimento da situação onde se desenvolve.

A disciplina de Psicologia Educacional está respaldada legalmente segundo resolução do CEB n 2 de 19/04/1999 art. 3, entretanto segundo Bzuneck (1999) o rótulo de psicologia educacional exprime algum nível de relação entre psicologia com educação. Essa relação já foi sujeita a mal entendido. “ A disciplina devem reunir psicologia e educação em unidades

dialéticas de ação e reflexão que personificar-se-ão nas decisões do professor para favorecer e direcionar o desenvolvimento e a aprendizagem do aluno” (RAPOSO E MACIEL, 2006, p. 3).

O professor de psicologia educacional não pode permanecer estagnado dando continuidade a práticas obsoletas, referir as teorias como algo distante da realidade ou ensinar as futuros docentes que seus alunos de acordo com as teorias devem ser classificados . O docente de psicologia deve ter conhecimento e habilidade para trazer os conhecimentos psicológicos para o cotidiano da sala de aula mostrando aos alunos do curso normal como aspectos da teoria estão presentes no cotidiano de sala da aula.

Para desenvolver este entendimento nos alunos o docente em psicologia deve ter o cuidado de organizar os conteúdos de forma gradativa, buscando recursos e metodologia adequada, pois os conceitos psicológicos requerem capacidade de abstração e articulação. “ É preciso ter como meta formar professores altamente competentes justamente por haverem desenvolvido uma perspectiva psicológica útil em sua disciplina” (BZUNECK, 1999, p. 52).

3 DETALHANDO ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Esta pesquisa tem um delineamento quantitativo, apresentando os dados coletados de forma estatística, segundo Chizzotti (1995) as pesquisas quantitativas prevêm a mensuração de variáveis pré estabelecidas, procurando verificar e explicar sua influencia sobre outras variáveis, mediante a análise da frequência e incidências e de correlações estatísticas.

Participaram desta pesquisa seis professoras que ministram a disciplina de Psicologia nos cursos normais em Institutos Estaduais de Educação. Estas escolas abrangem quatro Coordenadorias Regionais de Ensino.

A fim de analisar o ensino de psicologia nos cursos normais foi elaborado um questionário estruturado com questões que abordam aspectos relacionados a formação docente, conteúdos curriculares e motivos que levaram os docentes a ministrar a disciplina de psicologia.

Segundo Chizzotti, (1995) um questionário estruturado consiste em um conjunto de questões pré- elaboradas, sistemática e sequencialmente dispostas em itens que constituem o tema de pesquisa, com o objetivo de suscitar da amostra respostas por escrito ou verbalmente .

Os dados levantados a partir do questionário foram analisados estatisticamente e organizados em quatro aspectos: I Formação Profissional, II Situação Funcional da Docência em Psicologia, III Atuação profissional e IV Ensino de Psicologia.

Para a coleta de dados primeiramente foi realizado contato telefônico com as escolas, para saber dia, horário e disponibilidade dos docentes, posteriormente através da coordenadora do curso normal foi feito contato com o professor para realização da entrevista, nos casos de concordância foi assinado o termo de consentimento e preenchido o questionário na sala da coordenação do curso normal.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os dados obtidos através dos questionários foram agrupados estatisticamente e analisados segundo os aspectos: Formação Profissional, Situação Funcional da Docência em Psicologia, Atuação Profissional e Ensino de Psicologia.

Em relação à Formação Profissional 83% da amostra são de professoras com graduação em Pedagogia formadas entre 1970 a 2002, nenhuma participante da pesquisa era licenciado em Psicologia.

Na Situação Profissional 100% da amostra é composta por professoras nomeadas, entretanto nem todas eram concursadas para Fundamentos da Educação, nomeadas para outros cargos as professoras tem a docência em Psicologia como complementação de carga horária, aspecto evidente pela carga horária destinada para a docência em psicologia que varia entre 4 a 6 horas semanais.

No aspecto Atuação Profissional 50% da amostra possui mais de 15 anos de atuação no magistério e 83% já lecionaram no ensino fundamental, ou seja já possuem experiências docente

na área de atuação do curso normal, o que vem a atender as Diretrizes para Formação de Professores a Nível Médio.

Em relação ao tempo que ministra a disciplina de Psicologia na rede estadual 83% das professoras responderam um período superior a 10 anos, as professoras em sua maioria 66% referem não ter experiência docente em Psicologia em outro curso do ensino médio.

Quanto ao Ensino de Psicologia 66% da amostra dão aula somente no curso normal regular, tendo como prevalência o ensino de Psicologia no 2º e 3º ano, os professores referiram também dar aula nos cursos de aproveitamento referiram o 2º semestre como o período que ministram a disciplina.

Outro aspecto abordado no Ensino de Psicologia foram os conteúdos curriculares, 100% das docentes referem ministrar conteúdos relacionados a Psicologia da Aprendizagem teóricos como Piaget, Wallon, Vigotsky e Dificuldades de Aprendizagem, 83% das professoras citou o conteúdo Psicologia do Desenvolvimento: Freud, Erickson e 83% relatou o tema Educação Inclusiva e Necessidades Especiais em seus conteúdos.

Em relação à questão sobre os motivos que os levaram a ministrar a Disciplina de Psicologia 83% dos professores referiram gostar e se identificar com a Psicologia, entretanto os motivos circulam numa idéia muito individual e não do fazer docente, gostar de psicologia é diferente de dar aula de psicologia, claro que a identificação é um fator que contribui mas não garante a eficiência da prática docente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino de Psicologia não vem sendo tratado com a devida importância pelas instituições que regulamentam e difundem a educação brasileira, desde a legislação até prática em sala de aula.

As escolas da capital do estado foram as mais difíceis de coletar os dados, percebi uma resistência latente, pois mesmo aceitando participar da pesquisa, perguntavam sobre o tempo

utilizado para responder o questionário, respondiam as questões abertas muito rápido, mesmo com o tempo suficiente, aspecto que já havia sido combinado anteriormente.

Outro aspecto observado foi à dificuldade dos professores em responder a questão referente aos conteúdos curriculares, em geral eram referidos no senso comum e os docentes precisavam recorrer aos coordenadores do curso normal para pegar a listagem de conteúdos, pois não os tinham consigo, os professores muitas vezes escreveram equivocadamente o nome dos teóricos que referiram como conteúdo, sendo que a maior parte da amostra ministra a disciplina a um período superior a 10 anos, o que nos faz questionar como são ministradas as aulas.

Um dos aspectos levantados neste estudo foi a docência em psicologia como opção para complementação de carga horária, é a disciplina que completa a carga horário dos professores, pois a maioria dos docentes tem maior carga horária destinada a outras disciplinas inclusive no caso dos concursados em Fundamentos da Educação cargo oferecido nos concursos do Estado para nomear professores que ministrem as disciplinas de Didática, Filosofia, Sociologia e Psicologia.

Os Fundamentos da Educação da forma como são organizados na grade curricular comprimem o conhecimento das ciências e não fundamentam a prática dos futuros professores, todos sabemos da influencia das teorias Psicológicas na prática pedagógica, mas penso que somente o Licenciado em Psicologia deve dar conta disso, pois ele tem a formação específica e com isso a obrigatoriedade de elevar o conhecimento para além do senso comum. Evidentemente caberia também discutir os cursos que formam o licenciado em psicologia. Acredito na importância desse debate, porém, não é meu objetivo neste artigo.

Saliento que ao reivindicarmos o ensino de Psicologia no ensino médio regular, se faz urgente o fortalecimento e retomada dos cursos de Licenciatura em Psicologia nas Instituições de ensino, pois é na formação de Psicólogo que devemos ter conhecimento e consciência desta área de atuação.

A docência em Psicologia é pouco exercida pelos Licenciados em Psicologia, cabe a nós categoria dos psicólogos com licenciatura ou não e estudantes de psicologia fortalecer esta luta evidenciando a importância, contribuição e legitimidade da nossa formação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZZI, R. G.; SADALLA, A. M. F. A. **Psicologia e formação docente: Desafios e Conversas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

BZUNECK, J. A. A Psicologia Educacional e a Formação de professores: Tendências contemporâneas. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, vol 3, p. 41-52. n 1. 1999.

COSTA, M.C.F.S. (2010) Formação de professores: (Re) construção histórica do curso normal em Santana do Ipanema. **Encontro em Pesquisa e Educação em Alagoas** 2-12. Retirado em 11/05/11, [dmd2. Webfactional.com](http://dmd2.Webfactional.com).

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Editora Cortez, 1995.

GOMIDE, A. G. V.(2008) Curso Normal: Diferentes tendências pedagógicas na formação de professores em nível médio. **EDUCACERE**. Retirado em 11/05/11, WWW.pucpr.br/eventos/educacere.

LARROCA, P. O saber psicológico e a docência: Reflexões sobre o ensino de psicologia na educação. **Psicologia Ciência e Profissão**, São Paulo, vol. 20, p. 60-65. n. 2. 1999.

NOVAES, M. E. **Professora Primária: Mestra ou tia**. São Paulo: Editora Cortez, 1984.

SADALLA, A. M. A. Partilhando formação, prática e dilema: uma contribuição ao desenvolvimento docente. **Psicologia Escolar e Educacional**, vol 9, n 1, p. 41- 52, 2005.

SOARES. R. Fundamentos da Educação nos currículos de II grau: Psicologia. **Ação e Reflexão**, Santa Cruz do Sul, v. 4. p. 63-68, jan/dez, 1996.

_____. **Psicologia e Educação: Uma história a ser revista**. 1988. 44 f. Monografia (Pós- Graduação em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SOLIGO, A. F.; AZZI, R. G. Psicologia no Ensino Médio: desafios e perspectivas. **Ano da Psicologia na Educação textos geradores**, Conselho Federal de Psicologia, 2006.

CRP. Conselho Regional de Psicologia da região 07. Disponível em www.crp07.org.br.

RAPOSO, M. B. T.; MACIEL, D. M. M. A Psicologia e a formação dos professores: ação e reflexão a partir da percepção de professores em formação. **Linhas Críticas**, vol 19, p. 91- 108, jan/jun. 2006.